

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
VARA DO TRABALHO DE TEÓFILO OTONI – MG**

**JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
ANDRÉA BUTTLER**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 7.471, de 30-4-1986
Data da instalação: 12-11-1986
Data de implantação do PJe: 23-7-2013

Jurisdição: Teófilo Otoni, Ataléia, Campanário, Carai, Catuji, Franciscópolis, Frei Gaspar, Itaipé, Itambacuri, Ladainha, Malacacheta, Novo Cruzeiro, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Poté, Setubinha e Santa Helena de Minas.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 22-4-2021, p. 2.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 26-6-20

Às 8 horas do dia quatro de maio de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP N° 54, de 29 de dezembro de 2020 na Vara do Trabalho de Teófilo Otoni, situada na Avenida Aniceto Alves de Souza, 40, conforme ATO N° 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Andréa Buttler**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Michelle Menezes de Souza; os servidores Ademir Pereira Santana, Adna Jaqueline Chaves Esteves, Adriana Sander Reiter, Adriano Lélis de Medeiros, Cristine Gonçalves Borges Winkelstroter, Freddy Sander Pereira da Silva, Marley Batista Farias, Petrônio Mendes de Souza Neto, Talitta Guedes Viana Carvalhal. Ausentes as servidoras Cláudia Nola Borges Campos, em licença médica e Dágina Araújo Sander e Eliene Silva Cunha, em férias regulamentares. Presentes, ainda, a Presidente da 28ª Subseção da OAB/MG, Dra. Maria Beatriz Cunha Cicci Neves, e o Dr. Rodrigo Caldeira de Barros, Conselheiro da 28ª Subseção da OAB/MG.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 355 processos, distribuídos neste ano até o dia 30-4-2021, apurando-se a média de 4,7 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 22 cartas precatórias, dentre elas 3 executórias, até o dia 30-4-2021, das quais 9 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 491 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 126 processos foram remetidos neste ano até o dia 30-4-2021.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 31 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 5 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 143 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 29 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 36 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC, não há processo sobrestado já julgado, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF. Seguem algumas observações efetuadas pelo setor:

OBSERVAÇÕES GERAIS:

Temas julgados da Repercussão Geral: 13; 18; 25; 28; 32; 45; 106; 112; 131; 137; 149; 152; 190; 191; 246; 253; 308; 355; 361; 368; 383; 494; 497; 505; 511; 521; 550; 551; 606; 679; 725; 739; 808; 810; 841; 850; 853; 864; 897; 932; 958; 985; 990; 992; 994; 1037; 1075; 1092.

Temas julgados de Recurso de Revista Repetitivos: 1; 2; 4; 5; 6; 7; 10; 12; 14; 17

OBS. O Tema 13 foi julgado. Porém, o STF determinou a suspensão de todos os processos que versam sobre a matéria.

A diretriz sugerida pela 1ª Vice-Presidência deste Regional quanto ao momento do encerramento do sobrestamento, alinhada com o posicionamento do STF, comunicada aos Magistrados nos Ofícios Circulares n. GVP1/7/2019 e GVP1/8/2019, é nos seguintes termos: “O **marco temporal** a ser considerado para o dessobrestamento e prosseguimento dos processos suspensos em razão de recurso extraordinário com repercussão geral ou de recursos submetidos à sistemática dos repetitivos deve ser **a publicação da ata de julgamento em sessão plenária.**”

Os lançamentos de sobrestamento em virtude de julgamentos de repercussão geral e de casos repetitivos devem ser **confirmados** diariamente no sistema SJV/SJVPI, nos termos do art. 13, § 2º, da Resolução CNJ n. 235/2016. Os processos com sobrestamento genérico (assim chamados aqueles que não decorrem de repercussão geral, IRRR, IRDR e IAC), devem ser **ignorados** também diariamente.

OBSERVAÇÕES/ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS:

Lançamentos não ignorados da VT de Teófilo Otoni (processos com destaque em verde na planilha de sobrestados, encaminhada via e-mail):

Uma pesquisa por amostragem no PJe revelou que no processo n. 0001393-94.2012.5.03.0077 a determinação judicial de sobrestamento não se embasou em repercussão geral, em incidentes de recursos repetitivos ou em IAC. Tanto que foi registrado movimento de sobrestamento genérico. Assim, esse lançamento deve ser ignorado no sistema SJVPI. Sendo idêntica a hipótese dos demais processos constantes da planilha acima referida, destacados em verde, esses também devem ser ignorados no sistema SJVPI.

Orientação: Para ignorar os lançamentos no sistema SJVPI, seguir os procedimentos abaixo:

- 1) acessar a tela "Consulta/Valida Processos sobrestados", selecionando o filtro "Somente os não confirmados" na caixa "Mostrar sobrestamentos";
- 2) clicar em "Pesquisar" (ícone da lupa);
- 3) todos os processos não confirmados/ignorados vão ser listados no campo "Sobrestamentos encontrados";
- 4) selecionar os processos com destaque em verde na planilha de sobrestados referida acima (após verificação do comando judicial);
- 5) em seguida, clicar no botão "ignorar sobrestamento(s)" na parte inferior.

Lançamento não confirmado da VT de Teófilo Otoni:

0011038-02.2019.5.03.0077

Orientação: confirmar o lançamento no sistema SJVPI, tendo em vista que o movimento no PJe corresponde ao comando judicial de sobrestamento pelo Tema 1022 da repercussão geral.

Seguir os procedimentos abaixo:

- 1) acessar a tela "Consulta/Valida Processos sobrestados" no sistema SJVPI, selecionando o filtro "Somente os não confirmados" na caixa "Mostrar sobrestamentos";
- 2) clicar em "Pesquisar" (ícone da lupa);
- 3) selecionar o processo indicado acima no campo "Sobrestamentos encontrados";
- 4) em seguida, clicar no botão "confirmar sobrestamento(s)".

Processos examinados na correição:

- 0010933/20, 0010935/20, 0011149/16, 0010306/20 e 0010932/20: suspensos pendentes de outras ações.

- 0011293/19, 0010254/20, 0011420/19, 0010936/19 e 0011038/19: Tema 1022 – Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema e-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema e-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Teófilo Otoni - 01a Vara					
	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)	4º trim/2020 (01/01/20 a 31/12/20)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	27,87	25,09	18,44	23,44	30,80	32,21

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 30-4-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	72
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	70
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0

	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	36
--	---	----

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	30
--	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2018	1	3
2019	6	2
2020	20	1
2021 – ano de referência	151	
TOTAL	178	0,20

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de abril até o dia 30-4):

Processo	Classe	Tarefa
0010937-96.2018.5.03.0077	Ação Civil Pública	Elaborar sentença
0010841-47.2019.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010936-77.2019.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011038-02.2019.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento

0011293-57.2019.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0011420-92.2019.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011481-50.2019.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010155-21.2020.5.03.0077	Consignação em Pagamento	Aguardando final do sobrestamento
0010254-88.2020.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010306-84.2020.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010406-39.2020.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010466-12.2020.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010813-45.2020.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Elaborar sentença
0010849-87.2020.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010859-34.2020.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010891-39.2020.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Conclusão ao magistrado
0010917-37.2020.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0010928-66.2020.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010932-06.2020.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010933-88.2020.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento	400

(item 90377)

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	92

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	1.012

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	36

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019 e 63,28%

em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 57% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Teófilo Otoni - 01a Vara					
	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)	4º trim/2020 (01/01/20 a 31/12/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	61,99	77,75	70,79	56,37	51,12	60,12

Existem 1.255 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 832 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 72 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 351 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 30/04/2021

No ano anterior, até dia 30/04/2020 - havia 1.415 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- 726 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 2 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 687 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de abril até o dia 30-4):

Processo	Classe	Tarefa
0010819-62.2014.5.03.0077	Execução de Termo de Ajuste de Conduta	Conclusão ao magistrado
0010824-84.2014.5.03.0077	Execução de Termo de Ajuste de Conduta	Aguardando cumprimento de acordo

0010998-93.2014.5.03.0077	Execução Fiscal	Aguardando final do sobrestamento
0011193-78.2014.5.03.0077	Execução Fiscal	Aguardando apreciação pela instância superior
0010171-19.2013.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Conclusão ao magistrado
0011701-24.2014.5.03.0077	Execução Fiscal	Aguardando final do sobrestamento
0011703-91.2014.5.03.0077	Execução Fiscal	Aguardando final do sobrestamento
0011713-38.2014.5.03.0077	Execução de Termo de Ajuste de Conduta	Aguardando apreciação pela instância superior
0010017-98.2013.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010603-04.2014.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Conclusão ao magistrado
0010477-51.2014.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010587-50.2014.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010588-35.2014.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010474-96.2014.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010586-65.2014.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010604-86.2014.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010476-66.2014.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0011787-92.2014.5.03.0077	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010787-23.2015.5.03.0077	Execução Fiscal	Aguardando final do sobrestamento
0010788-08.2015.5.03.0077	Execução Fiscal	Aguardando final do sobrestamento

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados) extraídos do sistema e-Gestão (dados apurados no mês de abril até o dia 30-4):

	2020	2021
01-JANEIRO	10	23
02-FEVEREIRO	35	19
03-MARÇO	31	100
04-ABRIL	7	51
05-MAIO	15	
06-JUNHO	73	
07-JULHO	104	
08-AGOSTO	120	
09-SETEMBRO	69	
10-OUTUBRO	55	
11-NOVEMBRO	30	
12-DEZEMBRO	61	
Totais	610	193

	2020/ 01	2020/ 02	2020/ 03	2020/ 04	2020/ 05	2020/ 06	2020/ 07	2020/ 08	2020/ 09	2020/ 10	2020/ 11	2020/ 12	2021/ 01	2021/ 02	2021/ 03	2021/ 04
		2				1	1			1						3
ANDRÉA BUTTLER													12	9	45	23
BRUNO OCCHI	10	33			8	29	59	54	11	16	23	61	11	10	55	25
JULIANA CAMPOS FERRO LAGE			31	7	7	43	44	66	58	38	7					
Totais	10	35	31	7	15	73	104	120	69	55	30	61	23	19	100	51

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (dados apurados no mês de abril até o dia 30-4):

	2020	2021
01-JANEIRO	36	33
02-FEVEREIRO	93	74

03-MARÇO	74	67
04-ABRIL	51	69
05-MAIO	91	
06-JUNHO	151	
07-JULHO	93	
08-AGOSTO	79	
09-SETEMBRO	99	
10-OUTUBRO	104	
11-NOVEMBRO	105	
12-DEZEMBRO	72	
Totais	1048	243

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 30-4-2021, existem 22 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	5
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	14
Tutelas Provisórias Pendentes	3
Total	22

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 4-5-2021 havia 7 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 1 processo;
- b) **procedimento ordinário:** 1 processo;
- c) **instrução:** 2 processos;
- d) **conciliação em execução por videoconferência:** 3 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010241/21, 0010243/21, 0010802/20, 0010340/21, 0010520/14, 0010342/21 e 0010310/21.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 30-4-2021, 1 processo físico no total, não migrável.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010328/21, 0010088/21, 0010280/21, 0010189/21, 0010187/21, 0010188/21, 0010226/21, 0010245/21, 0010255/21, 0010186/21, 0010933/20, 0010935/20, 0011149/16, 0010306/20, 0010932/20, 0011293/19, 0010254/20, 0011420/19, 0010936/19, 0011038/19, 0010175/21, 0010206/21, 0010208/21, 0010263/21, 0010212/21, 0010272/21, 0010256/21, 0010364/20, 0010209/21, 0010123/21, 0010141/21, 0010182/21, 0010253/21, 0011084/19, 0010776/18, 0010183/21, 0010737/20, 0010545/20, 0010769/20, 0010095/21, 0010568/20, 0011348/19, 0010677/20, 0010924/20, 0010926/20, 0010926/18, 0011908/17, 0011182/19, 0010094/20, 0010296/20, 0011014/20, 0010482/20, 0010354/20, 0010587/20, 0010007/21, 0011419/19, 0010232/20, 0010791/19, 0011993/17, 0011901/16, 0010092/21, 0010268/21, 0010266/21, 0010117/21, 0010247/21, 0010084/21, 0010148/21, 0010851/20, 0010105/21, 0010080/21, 0011070/19, 0011374/19 e 0010636/19.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010280/21: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 6037df9 (mais de 10 dias);

- 0010189/21: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id de73b76 (mais de 10 dias);

- 0010187/21: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 892c401 (mais de 10 dias);

- 0010088/21: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id d440b52 (mais de 10 dias);

- 0010226/21: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 060cf4e (mais de 10 dias);

- 0010186/21: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 47ba2e2 (mais de 20 dias);
- 0010926/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 755b1cd (mais de 10 dias);
- 0010094/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id c2037c6 (mais de 10 dias);
- 0010296/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id f5d968c (mais de 10 dias);
- 0011014/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 7a4d358 (mais de 10 dias);
- 0010587/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 6ce62ce (mais de 20 dias);
- 0010007/21: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id e89c680 (mais de 10 dias).

Recomenda-se a MM. juíza que profira sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 20 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000027-88.2010.5.03.0077	Aguardando final do sobrestamento
0000146-44.2013.5.03.0077	Cumprimento de Providências
0000147-29.2013.5.03.0077	Aguardando prazo
0000301-47.2013.5.03.0077	Conclusão ao magistrado
0000364-77.2010.5.03.0077	Preparar expedientes e comunicações
0001494-05.2010.5.03.0077	Cumprimento de Providências
0010144-89.2020.5.03.0077	Aguardando apreciação pela instância superior
0010162-52.2016.5.03.0077	Aguardando apreciação pela instância superior
0010384-88.2014.5.03.0077	Aguardando apreciação pela instância superior

0010512-35.2019.5.03.0077	Aguardando final do sobrestamento
0010805-78.2014.5.03.0077	Aguardando apreciação pela instância superior
0010884-47.2020.5.03.0077	Aguardando prazo
0010890-59.2017.5.03.0077	Aguardando apreciação pela instância superior
0010937-33.2017.5.03.0077	Aguardando apreciação pela instância superior
0010937-96.2018.5.03.0077	Elaborar sentença
0011004-95.2017.5.03.0077	Aguardando apreciação pela instância superior
0011044-77.2017.5.03.0077	Arquivo provisório
0011287-50.2019.5.03.0077	Aguardando apreciação pela instância superior
0011301-39.2016.5.03.0077	Aguardando apreciação pela instância superior
0104500-96.2008.5.03.0077	Aguardando final do sobrestamento

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 8 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010564-02.2017.5.03.0077	Aguardando apreciação pela instância superior
0010756-27.2020.5.03.0077	Preparar expedientes e comunicações
0010759-79.2020.5.03.0077	Conclusão ao magistrado
0010760-64.2020.5.03.0077	Análise
0010765-86.2020.5.03.0077	Aguardando prazo
0011189-65.2019.5.03.0077	Aguardando prazo
0011377-58.2019.5.03.0077	Aguardando apreciação pela instância superior
0011974-95.2017.5.03.0077	Aguardando apreciação pela instância superior

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	26	58	49
Instrução processo eletrônico	52	118	102

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	13	16	24-5-21 - 13 dias
Procedimento Ordinário	13	16	24-5-21 - 13 dias

Instrução	14	19	15-6-21 - 31 dias
-----------	----	----	-------------------

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 30-4-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	446	104

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	1	2.814
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	55	103

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	3	3.289
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	154	430

Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	7	2.736
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	3	1.155

No ano atual, apurou-se que, até o dia 30/04/2021, com 75 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	47	0,627
Julgados procedentes em parte	161	2,147
Julgados improcedentes	57	0,76
Extintos com resolução de mérito	4	0,053
Outras decisões com resolução de mérito	1	0,013
Total com exame de mérito	270	3,6
Extintos sem resolução de mérito	7	0,093
Arquivamento	28	0,373
Desistência	29	0,387
Outras decisões sem resolução de mérito	1	0,013
Total sem resolução de mérito	65	0,867
Decisões de conhecimento	335	4,467
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	79	1,053
Decisões na fase de execução	21	0,28
Total	435	5,8

No ano 2020, apurou-se que, em 235 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	2020	Média/dia útil
Julgados Procedentes	79	0,336
Julgados procedentes em parte	294	1,251
Julgados Improcedentes	75	0,319

Extintos com resolução de mérito	7	0,03
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com resolução de mérito	455	1,936
Extintos sem resolução de mérito	18	0,077
Arquivamento	34	0,145
Desistência	36	0,153
Outras decisões sem resolução de mérito	1	0,004
Total sem resolução de mérito	89	0,379
Decisões de conhecimento	544	2,315
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	180	0,766
Decisões na fase de execução	56	0,238
Total	780	3,3

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – No período de 01/04/2021 até 30/04/2021, com 19 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	9	0,57
Conciliação em execução	34	1,89
*Encerramento de instrução	15	0,89
Inicial / Inicial (rito sumaríssimo)	0	0

Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução / Instrução (rito sumaríssimo)	5	0,36
Una / Una (rito sumaríssimo)	105	5,68
Total	168	8,8

* Os encerramentos de instrução não são totalizados

No mês de abril de 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 47 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução. (mês de abril 2021 apurado até dia 30-4):

	Conhecimento		Execução		Liquidação											
	2020	2021	2020	2021	2020	2021										
01-JANEIRO	28	9	2	3	1	1										
02-FEVEREIRO	41	43	8	1	4	3										
03-MARÇO	21	53	5	4	3	1										
04-ABRIL	1	36	1	6		2										
05-MAIO	16		2		1											
06-JUNHO	43		5		1											
07-JULHO	44		12		2											
08-AGOSTO	36		4		1											
09-SETEMBRO	14		2		4											
10-OUTUBRO	23		4													
11-NOVEMBRO	41		6													
12-DEZEMBRO	18		1		2											
Totais	326	141	52	14	19	7										
	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04
ANDRÉA BUTTLER													4	25	24	30
BRUNO OCCHI	31	50		1	14	31	25	23	2	13	39	21	8	22	33	14
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA								1					1		1	
JULIANA CAMPOS		3	29	1	5	18	33	17	18	14	8					

FERRO LAGE																	
Totais	31	53	29	2	19	49	58	41	20	27	47	21	13	47	58	44	

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de abril 2021 apurado até dia 30-4):

	2020	2021
01-JANEIRO	88	79
02-FEVEREIRO	164	212
03-MARÇO	93	277
04-ABRIL	0	162
05-MAIO	53	
06-JUNHO	116	
07-JULHO	136	
08-AGOSTO	102	
09-SETEMBRO	63	
10-OUTUBRO	101	
11-NOVEMBRO	164	
12-DEZEMBRO	73	
Totais	1153	734

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04
ANDRÉA BUTLER												43	104	136	115
BRUNO OCCHI	88	164		29	68	72	52	11	70	118	73	35	108	140	53
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA							1					1		1	
JULIANA CAMPOS FERRO LAGE			93	24	48	64	49	52	31	46					
Totais	88	164	93	53	116	136	102	63	101	164	73	79	212	277	168

Foram realizadas 168 audiências no mês de abril. No mês de maio estão designadas 132 audiências.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de abril 2021 apurado até dia 30-4):

	2020	2021
01-JANEIRO	79	59
02-FEVEREIRO	85	113
03-MARÇO	84	176
04-ABRIL	25	115
05-MAIO	36	
06-JUNHO	73	
07-JULHO	92	
08-AGOSTO	84	
09-SETEMBRO	44	
10-OUTUBRO	69	
11-NOVEMBRO	125	
12-DEZEMBRO	58	
Totais	854	463

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04
ANDRÉA BUTTLER													33	55	80	66
BRUNO OCCHI	75	79	1	18	23	36	45	35	6	35	82	57	26	58	96	49
JULIANA CAMPOS FERRO LAGE	4	6	83	7	13	37	47	49	38	34	43	1				
Totais	79	85	84	25	36	73	92	84	44	69	125	58	59	113	176	115

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período - os despachos nos termos do artigo 203, § 4º, do CPC não são contabilizados (mês de abril 2021 apurado até dia 30-4):

	2020	2021
01-JANEIRO	932	913
02-FEVEREIRO	1726	932
03-MARÇO	1142	1063

04-ABRIL	419	967
05-MAIO	1224	
06-JUNHO	1442	
07-JULHO	1691	
08-AGOSTO	1248	
09-SETEMBRO	1368	
10-OUTUBRO	1511	
11-NOVEMBRO	1395	
12-DEZEMBRO	868	
Totais	14966	3875

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8 horas e/ou 13 horas. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo, para as de procedimento ordinário, que são unas e 2/5 minutos para os encerramentos das instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Recomenda-se à magistrada, quanto à residência, que cumpra a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantenha o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos			
	2019	2020	2021 até 30-4
Processos recebidos	1.300	857	355
Média por dia útil	5,7	3,6	4,7
Processos remanescentes do ano anterior	180	267	198
Sentenças anuladas	11	6	2
			22

Total de processos para solução	1.491	1.130	555
Processos solucionados	1.263	854	463
Processos conciliados	468	310	128
Produção	84,71%	75,57%	83,42%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 34,07% em relação ao número de processos recebidos no ano 2019. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve uma diminuição de 9,14%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 30-4-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	128
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	463

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	463
--------------	--	-----

Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	357
-----------	--	-----

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	104
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	172

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 30-4-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	400
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	355

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.012
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	208

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 30-4-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	355
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	208
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045,	14

2053, 2061 e 2412

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	400
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.012
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	14

Perfil da Vara do Trabalho		Teófilo Otoni - 01a Vara				
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020	3º trim 2020 01/10/2019 a 30/09/2020	4º trim 2020 01/01/2020 a 31/12/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,05	0,40	0,21	0,16	0,08
	I02 - Pendentes	1.685	1.775	1.724	1.589	1.582
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	52,90	57,71	68,35	91,67	119,88
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	86,32	107,10	118,78	150,84	169,58
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	2.235,01	2.177,49	2.041,28	1.689,75	1.041,95
	I07 - Taxa de	36,51	35,68	36,75	37,65	36,30

	conciliação (%)					
	I08 - Taxa de solução (%)	96,37	93,64	86,84	92,94	98,96
	I13 - Taxa de execução (%)	242,44	271,54	303,29	268,61	123,66
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	22,27	28,87	30,85	30,80	32,21
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	56,37	55,67	54,96	51,12	60,12
	I11 - Produtividade por servidor	157,07	140,80	138,21	138,29	101,73
	I12 - Pendentes por servidor	112,43	110,93	113,64	104,79	95,27
Meso	Acervo	0,21	0,27	0,24	0,22	0,20
	Celeridade	0,26	0,27	0,28	0,31	0,36
	Produtividade	0,60	0,63	0,60	0,53	0,48
	Congestionamento processual	0,46	0,50	0,47	0,36	0,41
	Força de trabalho	0,49	0,52	0,51	0,42	0,48
Macro	IGEST	0,4030	0,4376	0,4197	0,3668	0,3876
	Posição IGEST	62	77	62	43	48
	Movimentação processual	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000	1001 a 1500	1001 a 1500

FONTE: Sistema e-Gestão (dados do último trimestre extraídos em 07/04/2021)

6. ARRECADAÇÃO – Ano 2020

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valor pago aos reclamantes
R\$264.760,36	R\$18,08	R\$7.006.240,07

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontra-se em vigor a Portaria 1/2006, que regulamenta a prática de atos ordinatórios, a 01/2007, que trata acompanhamento de estudantes de direito nas audiências na Vara do Trabalho e 01/2021, que

estabelece procedimentos para a suspensão das atividades presenciais nas dependências da Vara do Trabalho de Teófilo Otoni, em razão da Matriz de Monitoramento da Evolução da COVID-19.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em 12 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como a suspensão de prazos processuais e a realização de audiências no período de 7 a 20 de janeiro de 2021, nos termos do art. 775-A da CLT e as determinações referentes à pandemia COVID-19.

10. Gestão Estratégica

Meta 1 CNJ/2021: Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

No ano 2021, até o dia 31-3-2021, o percentual alcançado foi de 120,07% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 88,83%.

Em 2020, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 94,31% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 86,78% (valor consultado em 16/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 2 CNJ/2021: Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

Os valores de 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Em 2020, quando a Meta era “era Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos 1º e 2º graus.”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 108,70% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo o resultado deste Regional de 98,21%.

Meta 3 CNJ/2021: Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

No ano 2021, até o dia 31-3-2021, o percentual alcançado foi de 76,16% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,77%.

Em 2020, quando a Meta era “Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 89,38% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 48,78%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 5 CNJ/2021: Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

No ano 2021, até o dia 31-3-2021, o percentual alcançado foi de 97,90% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 106,93%.

Em 2020, a Meta 5 era “Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 96,30%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, não tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 101,95% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 6 CNJ – Em 2020, quando a Meta era “Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.” (VIGOROU ATÉ 2020).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT/2021: Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento.

No ano 2021, até o dia 31-3-21, o tempo médio de duração do processo desta unidade está em 118 dias, sendo de 175 dias o resultado deste Regional para o mesmo período.

Em 2020, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 120 dias, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.

Meta 11 CNJ/2021: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

No ano 2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet esta unidade organizacional não possui processo migrável.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, seja observada a publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção e seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios

individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;

3) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

5) saneados os processos incidentais, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

6) envidados esforços para o cumprimento da **Meta 1 CNJ/ 2021**: Julgar mais processos que os distribuídos - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente; **Meta 3 CNJ/ - 2021**: Estimular a conciliação - Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40% e **Meta 5 CNJ – 2021**: Reduzir a taxa de congestionamento - Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2020;

7) cumprida a Resolução Conjunta n. 147, de 13 de julho de 2020, deste Regional, que trata da atermação virtual e o uso do aplicativo WhatsApp Business, este último conforme artigo 7º da referida Resolução Conjunta;

8) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

9) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, videoconferência e por "WhatsApp Business", bem como cumprida a Instrução Normativa Conjunta GP.GCR.GVCR N. 70-2021 de 16 de março de 2021, que trata do atendimento telepresencial ao público externo por meio de Balcão Virtual no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Todos esses canais de atendimento ao público externo deverão ser utilizados durante o horário de expediente das unidades;

- 10) observada a Resolução Conjunta GP/GCR n. 136, de 27 de janeiro de 2020, a Vara do Trabalho deverá adotar as medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no Capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até que se efetive a liberação do acesso ao sistema Garimpo, as Varas do Trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal), <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);
- 11) verificados os andamentos dos processos com audiências não designadas, conforme item 1.9 da ata e incluídos em pauta de audiência;
- 12) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;
- 13) cumprida a determinação constante do § 3º, do artigo 104, do Provimento Consolidado nº 3/2015, deste Regional, a saber: “inexistindo manifestação ou persistindo a divergência, o juiz, na hipótese de não se decidir pela homologação de um dos cálculos apresentados, nomeará, imediatamente, perito para elaborar laudo, em prazo prefixado segundo a complexidade do trabalho a ser executado”;
- 14) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;
- 15) observados os lançamentos no PJe de acordo com o e-Gestão – 1º Grau, bem como suas atualizações, disponíveis na intranet – manuais e orientações – magistrados e servidores – 1) e-Gestão;
- 16) observado o correto lançamento dos valores a título de contribuição previdenciária, de imposto de renda e do que foi pago aos reclamantes por execução, acordo ou pagamento espontâneo, para que espelhem a realidade do que foi arrecadado pela unidade judiciária;
- 17) convocados todos os servidores da unidade judiciária a participarem dos cursos oferecidos pela Escola Judicial relacionados à utilização do PJe na gestão de vara, ao I-Gest e às ferramentas de pesquisa patrimonial, com vistas à necessária capacitação e ao constante aprimoramento dos serventuários para uma prestação jurisdicional cada vez mais adequada. A secretária da vara deverá enviar à Corregedoria Regional a relação dos servidores que participarão dos eventos, com a respectiva comprovação de sua presença;

18) cumprida a Resolução 233, de 13-7-2016, do CNJ que dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, disponível no sítio eletrônico <https://portal.siggeo.jt.jus.br/portal/0>, escolhendo e nomeando perito cadastrado, por nomeação direta do profissional ou por sorteio eletrônico, a critério do magistrado, observando o critério equitativo de nomeação em se tratando de profissionais da mesma especialidade;

19) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 11h50min do dia quatro de maio de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 63, publicado no DJe 22-4-2021, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci.

MARISTELA IRIS DA
SILVA
MALHEIROS:30831806

Assinado de forma digital por
MARISTELA IRIS DA SILVA
MALHEIROS:30831806
Dados: 2021.05.04 15:25:22 -03'00'

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO
DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por
MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Dados: 2021.05.04 13:41:35 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria